



DA DESOBEDIÊNCIA À DECOLONIALIDADE em “Luana” e “Tv a cabo”, de Cidinha da Silva

FROM DISOBEDIENCE TO DECOLONIALITY in “Luana” and “Cable Tv”, from Cidinha da Silva

DE LA DESOBEDIENCIA A LA DESCOLONIALIDAD en “Luana” y “Cable Tv”, de Cidinha da Silva

Leoné Astride Barzotto¹ & Ueslei Alves de Oliveira²

Resumo: esta análise tem por finalidade discutir a relação entre os contos “Luana” e “TV a Gato”, disponíveis no livro *Cada tridente em seu lugar* (2010), de Cidinha da Silva. Por meio da escrita feminina de autoria afrodescendente e, ainda, com o suporte proveniente dos Estudos Culturais, podemos, então, investigar através dessas narrativas uma frequente escrita de denúncia e de revide; muitas delas marcadas pela memória coletiva que faz do corpo negro, sinônimo de objetificação. A autora trabalha em tais contos assuntos como: a marginalização, a pobreza, a outremização, o revide e o apagamento como fonte de sobrevivência em um mundo hostil às suas mulheres desde o colonialismo. Neste sentido, a investigação se sustenta nas estratégias que buscam romper com círculos viciosos de dominação, pautados pela colonialidade do poder, os quais, por meio da desobediência levam, então, às propostas de protagonismo social e à decolonialidade do saber.

Palavras-Chave: autoria feminina negra; decolonialidade; Cidinha da Silva.

¹ Leoné Astride Barzotto é Doutora em Letras e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (ANPOLL/PPGL/UFGD). E-mail: leoneastridebarzotto@gmail.com.

² Ueslei Alves de Oliveira é Graduado em Letras e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (CAPES/PPGL/UFGD). Bolsista da CAPES. E-mail: ueslei.lee.ufgd@gmail.com.

Abstract: This analysis aims to discuss the relationship between the short stories “Luana” and “TV a Gato”, available in the book *Cada tridente em seu lugar* (2010), by Cidinha da Silva. Through this feminine writing of African descent authorship and, also, with the support from Cultural Studies, we can then investigate through these narratives a frequent writing of denunciation and retaliation; many of them marked by the collective memory that makes the black body, synonymous of objectification. The author works on such stories, such as: marginalization, poverty, otherness, retaliation and erasure as a source of survival in a hostile world to women since colonialism. In this sense, the investigation is based on strategies that seek to break with vicious circles of domination, guided by the coloniality of power, which, through disobedience, then lead to proposals for social protagonism and the decoloniality of knowledge.

Keywords: black female writing; decoloniality; Cidinha da Silva.

Resumen: Este análisis tiene como objetivo discutir la relación entre los cuentos “Luana” y “TV a Gato”, disponibles en el libro *Cada tridente em seu lugar* (2010), de Cidinha da Silva. A través de esta escritura femenina de autoría afrodescendiente y, aún, con el apoyo de los Estudios Culturales, podemos entonces investigar a través de estas narrativas una redacción frecuente de denuncia y represalia; muchos de ellas marcadas por la memoria colectiva que hace del cuerpo negro, sinónimo de objetivación. La autora trabaja en historias como: la marginación, la pobreza, la alteridad, la represalia y el borrado como fuente de supervivencia en un mundo hostil a sus mujeres desde el colonialismo. En este sentido, la investigación se basa en estrategias que buscan romper con los círculos viciosos de dominación, guiados por la colonialidad del poder, que, a través de la desobediencia, conducen luego a propuestas de protagonismo social y descolonialidad del conocimiento.

Palabras clave: escritura femenina negra; descolonialidad; Cidinha da Silva.

PROVOCAÇÕES iniciais

A produção literária mantida pelos povos negros está presente no Brasil há mais de dois séculos e o primeiro livro considerado abolicionista registrado é de 1859. A obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis (1825-1917) fora escrita por uma autora afrodescendente do Maranhão e é considerado o primeiro romance publicado por uma mulher em solo de Pindorama. A produção, que em sua primeira edição teve como assinatura “uma maranhense”, já põe em xeque alguns dos comportamentos vigentes e localizados da cultura brasileira desde a seu “renascer” pós-“conquista”. Tal ímpeto social impunha às mulheres os locais permitidos e vigiados pela sociedade em detrimento à mulher negra que, sequer,

tinha o direito à voz. Justamente nesse novo lugar a obra *Úrsula* se torna um marco na escrita produzida por mulheres negras, uma vez que a obra rompe, mesmo com as limitações temporais vigentes pelo racismo e pela misoginia atemporais, com a “normalidade”-masculino-produtora-epistêmica-euro-renascentista-descendente.

Com o advento dos Estudos Culturais, com a reformulação do pensamento pós-guerras, sobretudo a partir da História das Mentalidades, também com a Escola de Frankfurt e, em especial, com a criação posterior de Grupos de Estudos Subalternos (desde sul asiático, América do Norte e América Latina), muitos movimentos literários no Ocidente, marginalizados pelo pensamento monodirecional do conhecimento europeu, começaram a tomar forma e a se desenvolver de fato como grupos de representação sociocultural dentre as nações. A relação da escrita afrodescendente também passou por este crivo e dada à constituição histórica de nosso povo brasileiro, muitas definições surgiram a fim de direcionar as suas produções. Eduardo Assis Duarte (*apud* BONNICI, 2019) em seu artigo “Por um conceito de literatura afro-brasileira” faz um levantamento acerca da fetichização do corpo negro “representado” nas artes brasileiras em suas diversas manifestações e apresentações. De acordo com o estudioso, as representações do corpo negro são mergulhadas em signos que alimentam a diferença colonial por meio do racismo à brasileira. Para ele: “são estereótipos sociais largamente difundidos e assumidos inclusive entre suas vítimas, signos que funcionam como poderosos elementos de manutenção da desigualdade” (DUARTE *apud* BONNICI, 2019, p. 380). A memória coletiva incrustada no pensar brasileiro é carregada de imagens que menosprezam, distanciam, entre diversos outros elementos de uma hierarquização injusta de um Brasil-colônia que não deixou de existir.

Em 2007, Cidinha da Silva publica, pela editora Mazza Edições, uma coletânea com vinte e quatro contos intitulada *Cada tridente em seu lugar*, cujo título, para os conhecedores de algumas religiões de matriz africana, já revela o seu caráter provocador. As narrativas problematizam, entre outros assuntos, questões sociais, temas religiosos, argumentam sobre traços sexuais e de gênero em uma sociedade onde o preconceito é o pano de fundo para muito do que no livro habita.

A autora aborda as relações humanas em seus diversos cotidianos situados e que estão inseridas em realidades conhecidas, mas não vividas por grande parte da

população. Ao transpor para o papel a vivência de uma parcela da população brasileira, da Silva cria novos laços memoriais e denunciativos, apresenta uma nova perspectiva para antigos olhares com direções que já se criam em vícios (pré)-conceituosos. Entre a realidade e o criar literário, a humanização e a representação, Antônio Cândido (1972) já havia dito que

A literatura pode *formar*; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como veículo da tríade famosa, — o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, — com altos e baixos, luzes e sombras. Daí as atitudes ambivalentes que suscita nos moralistas e nos educadores, ao mesmo tempo fascinados pela sua força humanizadora e temerosos da sua indiscriminada riqueza. E daí as duas atitudes tradicionais que eles desenvolveram: expulsá-la como fonte de perversão e subversão, ou tentar acomodá-la na bitola ideológica dos catecismos [...] (CÂNDIDO, 1972, p. 805).

Logo, a literatura se torna uma arma na mão daqueles que sempre tiveram que se render às mais distintas formas de opressão, e, com isso, mais uma vez a tentativa de marginalização das (os) escritoras (es) que buscam humanizar os seus por meio da escrita. Na amálgama literária, a marginalização acontece através das escolhas políticas que julgam, a critérios pessoais de quem a faz, aquilo que vem a ser uma obra canônica. Não obstante, os escritores negros ainda não ocupam papel de destaque tal qual os escritores brancos brasileiros, cuja crença da diferença colonial se faz compreensível em um país onde, de acordo com OLIVEIRA (*apud* LIMA E SOUZA, 2006, p. 51) “o negro não foi eleito modelo brasileiro”; essa assertiva reforçou a crença durante muitos anos de que Machado de Assis e Lima Barreto eram brancos, por exemplo. Ainda pior é o caso das escritoras negras que sofrem uma dupla colonização³ (BONNICI, 2007) e precisam trilhar um caminho muito mais espinhoso

³ De acordo com Thomas Bonnici, a dupla colonização é a subjugação da mulher nas colônias, objeto do poder imperial em geral e da **opressão** patriarcal colonial e doméstica. O fim do colonialismo e o entrelaçamento deste com o **patriarcalismo** durante a era colonial não aboliram a opressão da mulher nas ex-colônias. A literatura pós-colonial mostra como as mulheres continuam sendo estereotipadas e marginalizadas até por autores pós-coloniais. [...] o **racismo**, o colonialismo e a situação da massa dos pobres com muita acuidade, raiva e originalidade, o modo como trata as mulheres está repleto de clichês, **estereótipos** e negatividade.

e suas vivências como mulheres e indivíduos pertencentes à etnia negra, duas categorias que maximizam o estado de opressão. Essas mulheres têm sua escrita marcada pela consciência de classe, gênero e etnia, isto é, trazem a reflexão da exclusão, da submissão, do silêncio que, por tanto tempo foi imposto. Por conseguinte, a afirmação de um lírico feminino que, através de um discurso comprometido, propõe uma reescrita de identidades. Isso pode ser feito pela escrita (RODRIGUEZ; BRANDÃO *apud* CARVALHO; MELO; SOUSA. 2014, p. 283-284).

Com isso, os contos de Cidinha da Silva estão entre as produções brasileiras contemporâneas responsáveis pela escrita que se caracteriza pela retomada do próprio sujeito epistêmico, aquele que escreve a sua história, arquiva as narrativas de seu povo e desobedece às epistemologias postas como verdades absolutas até então. Neste contexto tenso e crítico de produção e propagação literárias, a autoria negra de Cidinha da Silva representa, ao nosso ver, um impactante projeto de decolonialidade do conhecimento, aos moldes de um outro/novo pensamento/posicionamento, o qual viabiliza a construção e o fortalecimento da epistemologia das margens, da gnose liminar propostas por Walter Mignolo (2003) ao mesmo tempo em que combate as premissas neoimperiais da colonialidade do saber, do ser e do poder, investigadas por Anibal Quijano (2005).

121

A AUTORIA NEGRA REVIGORADA por Cidinha da Silva

O mercado é lugar de Exu. Eu sou do povo de Exu, conseqüentemente, o mercado é meu território de trocas. Simbora mar! Cidinha da Silva⁴

Cidinha da Silva é uma autora belo-horizontina, graduada em História pela UFMG; presidiu em São Paulo o GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, uma ONG que atua politicamente contra o sexismo e o racismo, na qual foi presidente. Em suas escritas, Cidinha da Silva aborda questões de gênero, a causa negra e também a religiosa. Sua performance de escritora e de crítica tem bastante suporte e inspiração na ancestralidade e na afro-descendência. Sua estreia na literatura dá-se justamente pela publicação do livro *Cada Tridente em seu Lugar*, de 2007, e esta obra fora selecionada pela Fundação Biblioteca Nacional para fazer do projeto de expansão das bibliotecas públicas no interior do Brasil.

⁴ Cf.: <http://cidinhadasilva.blogspot.com/2020/09/romantizacao-da-guerrilha.html>.

De acordo com o *website Literafro*, Cidinha da Silva:

Em fevereiro de 2005, fundou o Instituto Kuanza, que tem por objetivos desenvolver projetos e ações nos campos da educação, ações afirmativas, pesquisa, comunicação, juventude e articulação comunitária. Todos encontram-se vinculados à discussão sobre as assimetrias racial e de gênero e subsidiam a formulação de políticas públicas nessas áreas. Como dirigente cultural, concebeu e executou projetos inovadores como o "Geração XXI", em inéditas parcerias com empresas e organizações não-governamentais. Nessa linha, atuou também como gestora de cultura na Fundação Cultural Palmares, onde se destacou pela organização da publicação *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil* (2014).

Como educadora, iniciou suas publicações em 1999, no volume coletivo *Rap e educação, rap é educação*. Em 2001, contribuiu com um capítulo para o livro *Racismo e anti-racismo na Educação: repensando a nossa escola*. E, dois anos mais tarde, organizou a edição de *Ações Afirmativas em Educação: experiências brasileiras* (2003), com quatro capítulos de sua autoria, adotado em 2005 pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e, em 2006, pelo Fundo para o Desenvolvimento da Educação de São Paulo, FDE. Tem ainda diversos artigos sobre relações raciais e de gênero, publicados no Brasil, Uruguai, Costa Rica, Estados Unidos, Inglaterra, Suíça e Itália (LITERAFRO, 2019).

Os pontos em comum entre os contos da autora perpassam as semelhanças do campo biográfico, pois narrar a sociedade brasileira está ligada ao poder de representação da escrita e da potência de denúncia que a literatura é capaz, sobretudo no quesito de uma escrita politizada e vigorosa no que tange a posição da crítica feminista negra na contemporaneidade. A literatura presta, neste caso, um serviço social ao arquivar em seu cerne as máculas vividas por um povo; narrando também a miséria, o escopo, o descaso e a fé. Em seus contos, da Silva luta contra os ranços e os resquícios da dominação escravagista e colonialista que insistem em moldar o país, já que, de acordo com MENDES (2012):

Um dos instrumentos da prática de dominação, utilizados nos processos de colonização, a capacidade de determinada cultura e tradição, pode ter como contraponto a memória coletiva, representando uma forma de resistência, de acordo com o uso que se faz dessa (MENDES, 2012, p. 36).

A importância de uma escrita literária não só memorialística, mas também crítica e, às vezes, autoficcional ocorre através dessa construção onde a própria autora pode se marcar enquanto indivíduo. Pensar na mulher que escreve tais contos é no singular, mas pensar no que o seu material representa é no coletivo. Cidinha

Pode guardar diferentes impressões, e as lembranças dos acontecimentos partilhadas são comuns, ou melhor, a lembrança de um se apoia, torna-se mais nítida, em contato com a do outro. A memória [...] só se manteria em harmonia, enquanto ela estiver de acordo com as necessidades do grupo ao qual [...] pertençam na atualidade [...] (MENDES, 2012. p. 38).

Social e literalmente, Cidinha da Silva, por meio de seu embate crítico e direto aos problemas reais que transpõe para a ficção, incorpora a vertente intelectual da crítica feminista na atualidade, sob a égide do pós-modernismo de resistência, ao exigir que o sagrado africano e a herança ancestral recebam o devido mérito no lugar de importância da literatura brasileira na atualidade. Sua colaboração no cenário nacional é de extrema relevância, principalmente quando os índices de violência ainda são marcados, majoritariamente, com vítimas de corpos negros e, na violência doméstica, nos corpos negros femininos. Infelizmente, esta batalha de equidade e dignificação dos sujeitos todos que formatam a nação brasileira ainda é árdua e longa, basta observar os noticiários de todos os dias⁵. Até quando os corpos negros terão de reivindicar seus lugares de direito? Como diria a própria Cidinha, e com ela fazemos coro - “Simbora mar!”

123

O GIRO DECOLONIAL e a escritora como propulsora da epistemologia das margens

Na década de 70 surge o “Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos”, cujo líder mais expoente é o crítico Ranajit Guha. Contudo, este grupo foca, prioritariamente, a realidade do subalterno indiano e como se faz a resposta/revide ao imperialismo inglês. Ainda que dialogando com críticos da subalternidade nas Américas, sobretudo nos Estados Unidos, e tecendo algumas sérias críticas ao pós-colonialismo como corrente que abarca de modo mais próximo as ex-colônias inglesas e não todas as ex-colônias europeias, o Grupo Sul-Asiático acaba desagradando intelectuais parceiros provenientes da América Latina, mesmo aqueles que residem e pesquisam no hemisfério norte, uma vez que esses não se sentem representados pela questão subalterna indiana; nem poderiam estar.

Por conseguinte, como resultado desta desavença, surge o “Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos”, inserindo assim e, definitivamente, a

⁵ <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/09/20/pedagoga-leva-soco-durante-abordagem-policial-em-macapa-pms-foram-afastados.ghtml>.

América Latina neste cenário internacional de debates acerca da produção de conhecimento ‘marginal, liminar’. Destacam-se John Beverly, Walter Mignolo, Enrique Dussel e outros. Portanto, o lócus de enunciação deve ser a América Hispânica, principalmente. No entanto, não é o que ocorre e Walter Mignolo tece fortes críticas ao fato da América Latina ficar, novamente, descentralizada deste fazer epistêmico, já que os intelectuais do grupo não conseguem romper totalmente com as perspectivas eurocêntricas e norte-americanas. Neste sentido, o grupo se dilui em 1998 e, com alguns de seus antigos membros, surge posteriormente o “Grupo Modernidade-Colonialidade”, o qual realmente elege a América Latina como mote de ação e de articulação. Enfim, há um grupo de pensadores das Américas a agir nas e pelas Américas. Neste grupo, são inquestionáveis as decisivas e valorosas participações de Walter Mignolo e Anibal Quijano, pois com seus conceitos paradoxais, sustentam toda uma episteme acerca da realidade sociocultural e política da América Latina e, conseqüentemente, do Brasil, inserindo os saberes subalternos dos indivíduos destes locais outrora espoliados e subjugados à vontade da Europa. Desta vez, tem-se uma História contada debaixo para cima, de dentro para fora e do sul para o norte. Os eixos temáticos introduzidos na Academia pelos Estudos Culturais continuam em voga – etnia, classe, gênero -, mas são profundamente ampliados. Por este mesmo prisma, reforça Mignolo (2003, p. 48): “Tentarei deslocar essa hegemonia da perspectiva de epistemologias/gnosiologias emergentes, que exploro e entendo como gnose/gnosiologia liminar e associo à colonialidade/modernidade”. Para entender com mais exatidão todo este percurso, cabe ao leitor compreender com acurácia os conceitos de “colonialidade do poder”, cunhado por Anibal Quijano, e o conceito-proposta-resposta de Walter Mignolo a esta problemática, denominado de “pensamento liminar”.

Como membros do grupo Modernidade-Colonialidade, Mignolo e Quijano trabalham, simultaneamente, com conceitos que se retroalimentam para traçar uma rota a um futuro possível: a margem produtora do saber. Para além deles, há todo um grupo de pensadores que formam um coletivo investigativo em busca do “giro decolonial”, fenômeno que acaba por proporcionar a propagação de todas essas pesquisas. Diante deste dilema bem pertinente ao contexto latino-americano, entendemos positivamente o potencial de agenciamento do conceito de “Pensamento Liminar”, ou “gnose liminar” ou, ainda, “epistemologia das margens”, cunhados por Walter Mignolo (2003) como uma resposta clara e direta às novas investidas neoimperiais – sobretudo europeias e norte-americanas – em

relação a outros lugares do planeta. Mignolo busca, então, inspiração em dois pontos teóricos para desenvolver sua teoria de livre pensamento com o conceito de pensamento liminar: primeiramente, (re)semantiza e (re)contextualiza um termo usado pelo filósofo Khatibi, da região do Maghreb africano, como termo propulsor – *une pensée autre* (“um outro pensamento”); depois, aprofunda-se e apropria-se do conceito de “colonialidade de poder”. Ao estudar minuciosamente o ensaísta marroquino Khatibi, Mignolo absorve e recria a questão do “outro” para a esfera latino-americana, com suas histórias de dominação, conquistas, ditaduras, escravidão, etc. O “outro” deste lugar não se iguala ao “outro” de nenhum canto do planeta, ainda que experiências sócio-históricas sejam compartilhadas. Portanto, o que se cria a partir disso tudo é algo inédito, inovador e carregado de bastante esperança, vislumbrando a rota do futuro cuja base de luta se estrutura por uma episteme educacional e plurifacetada. Seguindo Mignolo (2003, p. 49), “o ‘pensamento liminar’ situa-se ainda dentro do imaginário do sistema mundial moderno, mas reprimido pelo domínio da hermenêutica e da epistemologia enquanto palavras-chave que controlam a conceitualização do saber”; assim, o pensamento liminar desenvolve sua própria genealogia dos saberes: a epistemologia das margens. Tal fenômeno vai contra a subalternização do conhecimento e, por isso mesmo, agencia as histórias locais para que possam absorver os projetos globais.

Estas não são apenas contra-histórias ou histórias diferentes; são histórias esquecidas que trazem para o primeiro plano, ao mesmo tempo, uma nova dimensão epistemológica: uma epistemologia da, e a partir da, margem do sistema mundial colonial/moderno, ou, se quiserem, uma epistemologia da diferença colonial que é paralela à epistemologia do mesmo (MIGNOLO, 2003, p. 83).

Evidentemente, se é uma força de contra-ataque, a epistemologia das margens só existe porque existe a colonialidade do poder/do saber/do ser, a qual reforça a organização geoeconômica do mundo e gerencia a diferença colonial ao ser um contínuo de exploração das nações mais ricas e desenvolvidas do planeta em relação às mais pobres e menos desenvolvidas. Em outras palavras, é uma outra forma de controlar, usurpar e explorar, intimamente ligada às novas/velhas propostas neoimperiais do sistema mundial moderno; agora, contudo, altamente implementada pelas artimanhas tecnológicas. Se o colonialismo europeu findou, a partir da independência em massa das colônias, estas nações engendraram formas de continuar a sugar tantos lugares do planeta, num progressivo projeto de exploração, quer de mão-de-obra, quer de recursos naturais. A colonialidade do

poder deseja manter um padrão de poder global que age, estrategicamente, na naturalização das hierarquias.

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo **conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus**. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 118, grifos nossos).

Assim, o pensamento liminar age diretamente contra o que grifo na citação acima: a perspectiva eurocêntrica do conhecimento e a relação colonial de dominação. Não obstante, ganha corpo o movimento de descolonização das mentes na América Latina e, com isso, a possibilidade de uma educação decolonial, tal qual incorporado no fazer crítico e literário de Cidinha da Silva. Com este propósito, transita-se pela inter-trans-culturalidade, não somente rompendo com a naturalização das hierarquias e dos projetos de dominação como também viabilizando formas de sustentar este projeto decolonial com a projeção das distintas realidades locais face as globais, em especial na recuperação da valorosa contribuição africana em terras brasileiras.

A colonialidade do poder é ambiciosa e estratégica, busca controlar a economia, a autoridade, a natureza, o gênero e a sexualidade, a subjetividade e o conhecimento dos mais diversos pontos do planeta. Alia-se à uma diretriz de posicionamento neoimperial do mundo. Assim sendo, a epistemologia das margens necessita ser igualmente ambiciosa e estratégica, revertendo a diferença colonial e a geopolítica do conhecimento. Quando a América Latina lança sujeitos vencedores do prêmio Nobel de Literatura para o mundo todo tomar conhecimento, executa com sucesso esta proposta. O pensamento liminar existe para libertar os indivíduos e suas mentes assim como, de dentro do olho do

furacão, revelar soluções criativas e performances inovadoras, já que conhecimento é poder. Diante desta perspectiva, atua Cidinha da Silva, basta visitar o seu blog e perceber, de imediato, a potência de suas ações: <http://cidinhadasilva.blogspot.com/>

Diante deste prisma de atuação e fortalecimento do Grupo Modernidade-Colonialidade, desenvolve-se o conceito fenômeno “Giro decolonial”⁶, cunhado por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, para descrever, basicamente “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”, conforme Ballestrin (2013, p. 105). Alguns autores usam “inflexão decolonial” como sinônimo de “giro decolonial” para explicar esta virada fundamentalmente epistêmica, colocando à prova as diretrizes eurocêntricas ao propor uma nova forma de agir-pensar no mundo. Para Munsberg e Ferreira da Silva (2018, p. 151) “Trata-se de um projeto político que vai além da compreensão das lógicas da colonialidade desde um lugar “outro”. Propõe a decolonialidade do poder, do saber e do ser, como estratégia e recurso para a construção de um pensamento outro”. Como válvula propulsora deste movimento, do giro decolonial no Brasil, investigamos as narrativas de Cidinha da Silva, a propor formas decoloniais de afrobrasilidade e de visibilidade e propagação da escrita feminina de autoria negra.

127

LUANA, a guerreira graciosa

O conto Luana é o quarto conto da terceira parte do livro supracitado e, de acordo com a numerologia, o número quatro representa tudo o que é sólido; indica também estabilidade, progresso e organização. Esta seara um pouco mais holística, inaceitável pelos padrões acadêmicos contemporâneos, também está no nome desta que batiza o nosso conto, *a guerreira graciosa*, um dos sentidos encontrados para o nome Luana.

Baseado em um fato real⁷, pelo qual a ficção funde com o factual, esta narrativa irá tratar da vida desta garota de 18 anos, moradora do Jardim Irene na

⁶ Originalmente: *decolonial turn*.

⁷ De acordo com o encarte do livro esta história fora registrada em forma de um boletim de ocorrência registrado em uma delegacia paulistana. O caso foi reiteradamente narrado por um

Zona Sul de São Paulo. A escrita deste conto se caracteriza pela atmosfera jornalística, porém, sem perder o caráter de uma memória saudosista de alguém que conhecia bem a garota. No primeiro parágrafo, já temos informações importantes sobre a jovem:

Luana tem dezoito anos. É moradora do Jardim Irene, Zona Sul de São Paulo. Mãe de Diogo, dois anos, e divide um barraco na frente da casa da mãe com Rogério, pai do menino. Luana fez cursinho comunitário e passou no vestibular. Está na faculdade e dá a maior força para sua turma também entrar pra *facu*. Tem emprego fixo (é estagiária em um banco) e toca um pandeiro de fazer inveja à Martinália. O Irene todo se orgulha de Luana. É a menina dos olhos da vila onde mora (SILVA, 2010, p. 61).

Neste trecho de apresentação, da Silva faz um jogo de escrita que permite com que o leitor se guie pelo seu próprio caminho naturalizado através de olhares preconceituosos e normalizados pelas manchetes brasileiras sobre assuntos direcionados ao sujeito negro. A gravidez na adolescência e a evasão escolar como efeito da mesma, a rara presença do pai na educação dos filhos, fatos que não acontecem no conto e a geração de emprego, por exemplo. Todavia, a quebra de expectativa se dá justamente por sabermos, através da história, que esta garota consegue seguir a vida de maneira um pouco diferente do que o vivenciado e esperado para uma garota ‘periférica’. Luana é “diferente” por ser uma quebra no paradigma generalizado sobre o conceito de periferia e de seus moradores, uma espécie de ponto fora da curva diante de preconceitos profundamente estruturados na sociedade brasileira, alguns quase clichés, inclusive: “se é mulher é fraca... se é negro é pobre...” e outros absurdos desta cruel natureza que caracteriza esta nação.

Ainda neste contexto de pré-julgamento existencial, outra observação é em relação à atmosfera que Luana aparenta vivenciar. Em um trecho do conto é narrado que: “A vida ameaçou parar um pouco, mas Luana teve apoio da mãe, D. Marisa, e se manteve estudando. Terminou o ensino médio, fez o cursinho comunitário, [...] e está na faculdade. Que orgulho!!” (SILVA, 2010, p. 61). Esta aura parece fazer jus com as definições que caracterizam o número quatro, afinal, Luana parece ter uma vida muito mais estabilizada do que alguns de seus colegas

padre progressistas, comprometido com a preservação da vida de seus fiéis, durante a Homilia dominical, no afã de mobilizar o público da missa a votar a favor da proibição do porte de armas e munições, no referendo de 2005[...].

de bairro, já que ela “é a menina dos olhos da vila onde mora.” (SILVA, 2010, p. 61), como se ela fosse a canonização de uma menina que dá certo por ser “esforçada” e “lutadora”. O racismo estrutural que forja nossa cultura usa de adjetivos para suavizar algumas de suas facetas sórdidas. A título de exemplo, Luana “caminha para dar certo” não porque os demais são criminosos ou ‘não caminham’, na verdade, a protagonista tem encontrado na narrativa alguma forma que rompe um pouco com os padrões coloniais racistas que impedem todos os que não são brancos de estarem de igual para igual em pleno Brasil do século XXI.

O *plot-twist* da narrativa acontece quando a protagonista é baleada na entrada de sua vila, após uma discussão em um transporte público. Discussão da qual ela mesma não fizera parte:

A turma já desceu do ônibus e está concluindo os dez minutos de caminhada até o início da ponte sobre o córrego, único caminho para entrar na vila. O rapaz da arma passa para o banco do carona, o irmão para o banco do piloto, acelera e o irmão passa pelos jovens gritando e atirando. Desespero total. As pessoas correm. Fogem. Duas pulam no córrego. Gente ferida, gente morta. **Luana tomba abraçada aos cadernos.** Muito sangue jorra da cabeça e das costas. Rogério grita, pede socorro. Todos os que estão em condição de gritar, gritam (SILVA, 2010, p. 63, grifos nossos).

Tragicamente, Luana é mais uma vítima da violência que impera em um Brasil que não protege seus jovens, sobretudo os moradores de comunidades periféricas. Por outro lado, a simbologia de tombar abraçada aos cadernos é metafórica em um país que tem por característica a política da elitização do ensino onde muitos jovens, literalmente, morrem para poder estudar. Tiroteios em comunidades, atentados às escolas, sucateamento da educação e desvalorização dos professores, todas estas questões também tombam abraçadas às diárias Luanas assassinadas⁸, esquecidas e substituídas pela pseudojustiça desse país.

Melancolicamente, a quebra de expectativa ocorre quando nos damos conta de que Luana não concluirá seus objetivos, pois fora-lhe tirado o direito à vida. O pior disso tudo é perceber que esta violência está em todos os lugares, pois nem o

⁸ Para mais informações acerca da violência retratada na Literatura, conferir a obra:

AMORIM VIEIRA, Elisa; RIBEIRO COELHO, Haydée (orgs.). *Literatura, outras artes e violência nas Américas*. Porto Alegre: Editora Letral, 2019.

princípio básico do acesso à educação não é democrático como nos afirma Aguiar (*apud* TEDESCHI, 2013).

O processo educativo seria importante para propiciar o desenvolvimento da consciência crítica. Tal consciência se manifestaria na capacidade de escolher, de forma autônoma, entre as várias concepções existentes na sociedade aquelas que favorecem a emancipação e transformação. O processo histórico de formação da nação brasileira relegou aos povos de origem negra [...] uma posição de subalternidade, definindo lugares sociais, hierarquias e valores que os associam à inferioridade ao atraso cultural, à passividade (AGUIAR *apud* TEDESCHI, 2013, p.104).

A mãe, propulsora da jornada de protagonismo da filha, vê-se obrigada a enfrentar a sórdida realidade pela imagem da morte impregnada no chão bruta da ponte como um sinal constante e doloroso de ter-se consciência de que não basta enfrentar as atrocidades da vida, mas precisamos constantemente sermos lembrados dela, das piores maneiras possíveis. Não é fácil ser mulher neste mundo tampouco o é ser uma mulher negra. “[...] o sangue da filha transformado em mancha no chão da **ponte**. Todo dia tinha de vê-lo, pois a **ponte** era o **único** caminho para sair da vila [...]” (SILVA, 2010, p. 63, grifos nossos). A ponte é outro símbolo que une dois mundos, seja o físico ou o espiritual, o da margem e o do centro; onde o centro é o local mesclado não permitindo haver distinção entre os que ali estão. Assim sendo, Cidinha da Silva resgata, por meio de uma matéria jornalística, a realidade do povo negro romantizado, por diversas vezes, como se fossem peças de um jogo distante. Nem a exotização da crença do “ela deu certo” fora permitido, pois quando de fato o sucesso financeiro vem, seu veículo ainda poderá ser parado. O ciclo não termina.

Exatamente nesse sentido, Denise Almeida Silva (2019, p. 41) conclui que analisar “a violência no contexto da literatura afro-brasileira pressupõe que se observem os contornos específicos que esta assume no contexto do universo humano, social e cultural afrodescendente, no qual, frequentemente, etnia, classe social e gênero subjazem à prática da violência”. Sabemos todos que a violência, em especial a urbana, é fomentada pelo sistema de controle que nutre a colonialidade do poder, conforme exposto antes, e dentro dos centros das grandes metrópoles, existem suas margens, as quais, por sua vez, também têm seus próprios centros. Desta forma, a violência acaba sendo uma teia que trama todas as fraturas de uma sociedade e expõe que o modelo vigente de outremização dos sujeitos não dá certo, pois a dignidade humana apela, em todo instante, seu direito

a existir. Por este viés de análise, Leoné Astride Barzotto (2019, p. 134), ao estudar a violência por meio da Literatura, expõe que:

Palco do dinamismo capitalista, as metrópoles representam espaços de duras contradições ao tornar evidente a convivência, lado a lado, da opulência e da miséria. A Literatura, como um processo de representação do real, não escapa, obviamente, das garras da violência; vários autores contemporâneos retratam, através de textos, a violência urbana.

E, assim o faz, igualmente, a escritora Cidinha da Silva ao fazer literatura com fragmentos do real; um factual que, ao virar ficcional, representa a sua própria história, a sua própria luta e, ao ser metonímico este fenômeno, também ao seu povo e a sua nação.

TV A GATO – quem paga o quê?

O outro conto de Cidinha da Silva irá abordar a relação do “gato” e suas possíveis causas. De acordo com o Código Penal, o furto de energia elétrica se enquadra no artigo 155 do mesmo e, em determinadas situações, o crime pode ser enquadrado como estelionato, o que é previsto no artigo 171 do já citado Código. Silva, neste conto, faz uso da ironia para descrever em duas perspectivas a diferença de quando este crime é feito pela comunidade mais pobre e, ironicamente, pelos mais ricos.

131

Silva abre o conto da seguinte forma:

Você sabe que às vezes o pessoal da favela faz gato não é só pela falta, **mas também pela revolta**. Você imagina o que é no inverno só ter água quente pro banho se esquentar a gás ou a lenha, porque não há energia elétrica? Andar a favela inteira com as suas sacolas de lixo debaixo do braço até o asfalto, porque caminhão coletor não sobe o morro? A moçada então, não perdoa. Esperança desacreditada, fermentada pela falta de perspectiva vira revolta (SILVA, 2010, p. 87, grifos nossos).

O que se percebe é que esta escrita descreve, na verdade, uma relação com o que Mbembe (2014) desenvolve por zoneamento: “Graças às práticas de zoneamento, um <<imperialismo da desorganização>> manufactura desastres e multiplica um pouco por todos os lados as condições de exceção, alimentando-se da anarquia” (MBEMBE, 2014, p. 17). Quando serviços de saneamento básicos e de eletricidade, por exemplo, não são distribuídos de acordo com a necessidade da

população, delega-se a esta a falta de dignidade e de igualdade previstas pela Constituição de 1988.

A autora também aborda a relação de outremização que, de acordo com Bonnici (2005) “[...] é o processo pelo qual o discurso imperial fabrica o *outro*. O outro é o excluído que começa a existir pelo poder do discurso colonial. Constituiu-se o Outro colonizador quando os outros colonizados são fabricados”. A outremização vinculada à população de comunidade está nos discursos que rondam e habitam o imaginário de nossa sociedade, uma vez que eles possuem o poder imagético de transformar tais sujeitos em criminosos, dentre outros adjetivos inferiorizantes. A comunidade quando “bem vista” vira ponto de turismo exótico, assim como descreve a escritora: “Vieram os sambistas do asfalto e fizeram os sambas que **romantizaram a pobreza**, como se viver do nada e das sobras fosse bom” (SILVA, 2010, p. 87, grifos nossos).

A escritora descreve, um pouco mais a frente, um fato possivelmente desconhecido para os moradores de áreas distantes das comunidades:

Mas, veja bem: assim como um vivente tem direito à água potável, tem também direito à programação televisiva de qualidade. Para obtê-la, no Brasil, é preciso pagar uma assinatura. Suponhamos que você possa pagar. Ocorre que a empresa prestadora do serviço acha que o lugar onde você mora não é digno dele. E você, além de perguntar-se **onde mora a lógica capitalista da empresa**, faz o quê? Os meninos fazem gato (SILVA, 2010, p. 87-88, grifos nossos).

Este trecho corrobora com a questão do preconceito de lugar porque, uma vez que o sistema capitalista preza o lucro, não há razão para serviços, aparentemente de fácil resolução, como o de TV a cabo não serem disponibilizados para a população das comunidades, como a própria autora descreve. O capitalismo não visa somente o lucro, mas também a exclusividade de seus clientes, a qual determina quem pertence a um grupo e quem não pertence, sendo mais uma estratégia da colonialidade do poder para garantir a estratificação e o distanciamento. Por esse prisma, o pensador MBEMBE (2014, p. 14) dialoga mais sobre esta relação entre o capital e o homem ao expor que: “hoje a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objeto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital” (MBEMBE, 2014, p. 14.). O mesmo trecho ainda descreve a necessidade do excluído se sentir incluído na sociedade em que vive, afinal, o que separam estes mundos são poucas ruas, como descreve MBEMBE (2014): “Na verdade, existe apenas um mundo. Ele é um Todo composto por mil

partes. De todo o mundo. De todos os mundos” (MBEMBE, 2014, p. 300). Desta forma, o conto de Cidinha da Silva põe em xeque toda uma discussão em torno do direito da população mais pobre ter acesso aos meios de comunicação e da mídia de entretenimento. Será mesmo que basta pagar para ter este direito? Parece-nos que não é o suficiente diante do manual capitalista e de suas normas de ‘etiqueta’. O conto é um soco no estômago de uma sociedade que se intitula democrática e igualitária, como se diz a nossa.

Aos moradores da comunidade, a sociedade de consumo relega os processos de guetização e de violência para, ao tempo devido, acusar seus membros de delitos num círculo vicioso de objetificação dos sujeitos e de seus fazeres; essa mesma sociedade entende os benefícios da tecnologia e do entretenimento devem ser privilégios de quem, supostamente, consegue financiá-los. Assim, o círculo vicioso e a revolta só se fortalecem: “Esperança desacreditada, fermentada pela falta de perspectiva vira revolta” (SILVA, 2010, p. 87).

Ao concluir o conto, a autora ironiza: “E quer saber de outra coisa? O prédio do seu vizinho aluga apartamentos com TV a cabo incluída. Só que os usuários não pagam nada. Nem a administração. Ninguém paga. É gato.” (SILVA, 2010, p. 88). A autora trabalha a questão da desigualdade e, principalmente, das infrações que estão em todas as classes. Porém, historicamente, a justiça brasileira costuma ter pesos e medidas correspondentes ao infrator e não ao crime. A brincadeira de mudança de perspectiva proposta no final do conto por da Silva é, na verdade, o dedo que aponta para onde, de fato, começa o crime. Por abordar um elemento corriqueiro como a assinatura de uma TV a cabo, a escritora aprofunda as questões sobre as privações de acesso que vão muito além da falta de dinheiro. A escrita literária de Cidinha da Silva luta contra a colonialidade do poder (2005) de Quijano, a qual coloca a comunidade negra em locais pré-estabelecidos pelo racismo estrutural do qual se alimentam de discursos vis, pelos quais o corpo negro ainda é alvo da tentativa de manutenção de domínio neocolonial. Por outro lado, a expressão da realidade da TV a gato é uma demonstração de como a gnose liminar se efetiva, na rebeldia, à contrapelo, um outro pensamento é construído e, ao tecer as linhas literárias nesses contos, a autora também colabora para a consolidação de uma epistemologia das margens, tal qual explicamos no item do giro decolonial acima.

CONSIDERAÇÕES finais

Os contos trabalham o afro-rizoma como forma de resistência⁹; não nos é mais permitido ler tais narrativas somente com o caráter recreativo: a dívida e o sofrimento carregados pela escrita são maiores do que o direito à alienação. A escrita afrodescendente carece de espaço, de debates, de discussões e uma reorganização do cânone em nossa literatura. Marginalizar o outro é um caminho fácil para a manutenção do poder do discurso hegemônico, pois ele existe desde o primeiro momento do domínio do corpo do outro. De acordo com Bonnici,

Quem tem poder, tem controle do conteúdo do saber e da maneira como é fabricado esse saber. Por exemplo, o europeu e o colonizador, que têm o saber (a construção da escrita e a produção dos textos literários), mantinham seu poder sobre o Oriente e sobre as colônias justamente porque teve um papel importante na construção do império devido a seu papel de controle da ideologia dominante (SAID, 1995, *apud* BONNICI, 2005). O poder, portanto, fabrica a “verdade” e o desejo dos colonizadores europeus de controlar os outros povos foi acompanhado pela confirmação dos valores europeus [...] como verdadeiros, universais e absolutos. O discurso eurocêntrico que dominou o mundo colonial e pós-colonial ainda mantém resíduos profundos, notoriamente de difícil extirpação, na mentalidade colonizada (BONNICI, 2005, p. 22).

A história da população Negra no mundo é marcada pela separação, dor, diáspora, subserviência e mais tantos outros traumas. Nossa geração é neta, bisneta da colônia, nossos vizinhos estão na mira das estatísticas dos jovens desempregados, assassinados e apagados pelo sistema, em um ciclo estruturado da desigualdade que se intensificou durante a pandemia de 2020.

A literatura afrodescendente nos apresenta, de novo e de novo, os motivos que faz “o Negro ser na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito, em mercadoria” (MBEMBE, 2014,

⁹ BONNICI (2005, p. 50) “[...] uma das estratégias mais eficazes na teoria do discurso colonial é a ética de leitura. É notória a proibição colonial da escrita e a contenção praticada pelo poder metropolitano à literatura anticolonialista. A arqueologia do passado colonial embutido no saber ocidental provoca a investigação crítica e uma escuta atenta às rupturas nativas e às reestruturações dos discursos eurocêtricos. Em muitos casos o silêncio nativo é tão abrangente que fica a convicção de que a pessoa colonizada foi como que totalmente riscada pela escrita ocidental.

p. 19). Estes textos são a memória, a história e a ancestralidade pós-colonial negada pela sociedade moderna, os quais jamais deixaram de existir. Sua história marcada pela tentativa do apagamento, através do “branqueamento do Brasil”, da relação de subordinação e clausura causadas pelo Outro é a prova de que este movimento não irá se calar e muito menos se render.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Denise. Violência, narrativa e ética em contos afro-brasileiros contemporâneos. In.: AMORIM VIEIRA, Elisa; RIBEIRO COELHO, Haydée (orgs.). *Literatura, outras artes e violência nas Américas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2019, p. 41-62.

AGUIAR, Márcio Macedula. “Educação e relações raciais: e (re)conhecimento das relações étnico-raciais para o combate ao racismo”. In: TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). *Leituras de Gênero e Interculturalidade*. Dourados, MS: UFGD, 2013. p. 103-112.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11. Brasília, maio-agosto de 2013, p. 89-117.

BARZOTTO, Leoné Astride. Representações da violência de gênero em contos freirianos. In.: AMORIM VIEIRA, Elisa; RIBEIRO COELHO, Haydée (orgs.). *Literatura, outras artes e violência nas Américas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2019, p. 133-156.

BONNICI, Thomas. *Conceitos-Chave da Teoria Pós-Colonial: coleção fundamentum*. – Maringá. PR: Eduem, 2005.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. – Maringá: Eduem, 2007.

BRANDÃO, Saulo Cunha de Serpa.; RODRIGUES, Solange da Luz. “A Escrita de Autoria Feminina: Rompendo o silêncio”. In: CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de; MELO, Bárbara Olímpia Ramos de Melo; SOUZA, Raimundo Isídio. *Linguagens, Cultura e Discurso*. Jundiaí, Paco Editorial: 2014. p. 267-288.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. *Remate de Males*, 3 dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992/3701>. Acesso 10 jul. de 2019.

Código Penal. *Presidência da República*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 09 jul. 2019.

DUARTE, Eduardo de Assis. “*Por um Conceito de Literatura Afro-Brasileira*”. In: BONNICI, Thomas.; ZOLLIN, Lúcia Osana. *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 4ª ed. ampl. e rev. – Maringá: Eduem, 2019. p. 369- 388.

Literafro. Autoras. Cidinha da Silva. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/186-cidinha-da-silva>. Acesso em 09, jul, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Antígona, Portugal, 2014.

MENDES, Ana Cláudia Duarte. *A ancestralidade no centro da narrativa, em Lueji de Pepetela*. Dourados – MS: Nicanor Coelho Editor, 2012.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projeto globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MUNSBURG, João Alberto Steffen; FERREIRA DA SILVA, Gilberto. Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, v. 13, n. 1, jan.-mar., 2018, p. 140-154.

OLIVEIRA, Sandro. “*Séculos de Arte e Literatura Negra*”. In: SOUZA, Forentina; LIMA, Maria Nazaré. *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 39-76.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Cidinha da. “*Luana*”. In: *Cada tridente em seu lugar*. 3. ed., ver. Belo Horizonte: Mazza produções, 2010.

SILVA, Cidinha da. “*TV a gato*”. In: *Cada tridente em seu lugar*. 3 ed., ver. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

Artigo recebido em: 21 de setembro de 2020.

Artigo Aprovado em: 29 de dezembro de 2020.